

Patrimônio, Identidade, Território e Hospitalidade. Notas para a compreensão da cidade contemporânea.

Lucio Grinover¹

Resumo:

O trabalho pretende fornecer instrumentos básicos para a compreensão da hospitalidade urbana por meio das características sociais, econômicas e culturais da cidade moderna e de sua transformação em cidade contemporânea. Disso vem que todas as manifestações materiais de cultura têm uma existência física num espaço e num período determinado de tempo e toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de identidade.

A identidade cultural refere-se às representações individuais e coletivas presentes em um determinado grupo social que compartilha patrimônios comuns. No que se refere à sua preservação percebe-se que ela está inserida num processo mais amplo que trata da recuperação da memória, geradora da manutenção da identidade. O patrimônio, assim, pode ser colocado em relação com a hospitalidade e com todas as categorias de análise consideradas até agora acessibilidade, identidade, legibilidade e cidadania, (Ver livro “A cidade á procura da hospitalidade”, no prelo). Algumas das manifestações materiais destroem-se e desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e significado; outras sobrevivem a seus criadores. O passado dá-nos um sentido de identidade, de pertencimento e faz-nos conscientes de nossa continuidade como pessoas através do tempo: essas manifestações podem ser utilizadas sob o atrativo turístico e unir duas funções distintas, porém complementares: para os autóctones, como uma forma de revitalização da memória e da sua identidade; para os visitantes, os turistas, como possibilidade de conhecer “in loco” a comunidade visitada, fazer reflexões acerca das experiências vividas e das diferenças encontradas na comparação com suas práticas cotidianas.

Palavras-chave: Hospitalidade. Urbano. Turismo

¹ Arquiteto e Urbanista. Professor Titular Aposentado. USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; ECA – Escola de Comunicações e Artes. consintgrinover@uol.com.br

Introdução

A Hospitalidade é uma ligação social e implica os valores de solidariedade e sociabilidade. Em “Essai sur le don”, Marcel Mauss tratava da hospitalidade como um fenômeno social total, pois no exercício das prestações e contraprestações, praticar a hospitalidade era um dom, um dom de si.

Não se trocavam bens de consumo ou coisas úteis economicamente, mas cortesias, ritos, danças. Entretanto, há hoje uma ideia segundo a qual a hospitalidade estaria em declínio e tomaria um sentido novo no mundo contemporâneo.

Em nossos estudos, nos últimos anos, sobre a hospitalidade urbana, afirmávamos que, analisando a transformação da cidade moderna para a cidade contemporânea, apresentava-se um questionamento fundamental das categorias até então utilizadas para a análise e a compreensão da cidade e da hospitalidade, podendo-se caracterizar perfeitamente a cidade, por exemplo, pela existência de uma administração à qual é outorgado um conjunto de responsabilidades fixadas pela Lei.

Estas linhas vêm complementar nossos diversos trabalhos anteriores (ver bibliografia), onde colocava-se em discussão o desenvolvimento sustentável e as regras que até o momento vigoram no planejamento da hospitalidade, com base em novos paradigmas, inclusive os do desenvolvimento urbano sustentável. Discutia-se, num primeiro momento, as que podiam ser chamadas de políticas da hospitalidade conferindo-lhes, em princípio, as características e a ordenação na identidade de um território. As reflexões que se seguem pretendem ampliar os estudos sobre o espaço urbano, colocando novos elementos da discussão da ética, da cidadania, novos valores de pertencimento, fundamentando nossas propostas no resgate da história da cidade e do urbano. Essas análises referem-se inicialmente à noção de lugar da hospitalidade implicando claramente um problema de território, onde justamente se dá a hospitalidade.

Patrimônio, Identidade, Turismo.

No nosso novo livro (“A cidade à procura da hospitalidade”, em mãos da editora), analisamos a cidade moderna e a cidade contemporânea como dois processos intimamente relacionados, fundamentais para compreender a cidade em que vivemos. A nova ação de transformação da cidade, valorizando, excluindo, enfatizando, recriando, acontece quando se constrói uma narrativa e uma imagem da cidade no interior da qual as áreas urbanas adquirem significado e, sobretudo, valor.

A ideia de reordenamento, de manipulação e controle é o fundamento da concepção da cidade moderna: cada coisa em seu lugar, cada situação definitivamente compartimentada. Separar, dividir, reduzir a complexidade dos fenômenos por meio de simplificação e decomposição, separá-los em unidades elementares, decidir comportamentos, dominar e manipular o tempo, colocar uma ordem definitiva, eis o significado e o objetivo básico da modernidade.

Essa ordem desejada, entretanto, nunca foi alcançada. Hoje a cidade parece caótica, fragmentada, difícil de compreender em suas complexas articulações; evidencia ela antagonismos e conflitos onde todos os instrumentos tradicionais e habituais de representação não são mais possíveis. O que quer dizer que o fim do Modernismo, negador do passado, não significa o ocaso do moderno, já que muitos traços do fenômeno indicam o contrário, isto é, um novo impulso da modernização da cultura (LIPOVETSKY, 2004).

Sobre a cidade moderna constrói-se outra cidade, a cidade global, voltada ao poder da gestão dos fluxos, habitada por manipuladores de símbolos (SASSEN, 1996) que se beneficiam de serviços estandardizados, abandonando o restante da população aos fluxos da aglomeração urbana. Desde então, não existe mais uma única experiência da cidade moderna.

A dialética do efêmero e do cotidiano transformou-se na fusão de uma cidade da mercadoria com uma cidade da necessidade. “A racionalização absorveu a cidade da memória e a transformou em uma cidade-museu (SASSEN, 1996)”. Desapareceram nessa cidade as figuras quase míticas, como a do “flaneur”, substituídas por turistas invadindo uma cidade morta em busca de aventuras. Nesse contexto, o passado da cidade torna-se um objeto estético, sem conteúdo social, sem significação. O espaço urbano elimina o tempo histórico, torna-se parcelizado: a cidade é a união do espetáculo, da miséria, dos fluxos. Os museus proporcionam espetáculos históricos e os sítios arqueológicos dão significado ao “turismo da memória” como sucesso entre as massas (LIPOVETSKY, 2004). As obras do passado não mais

são contempladas com silêncio e respeito, e sim “devoradas” em alguns segundos, funcionando como objeto de entretenimento das massas, como espetáculo atraente, como maneira de diversificar o lazer e “matar” o tempo (Idem, 2004).

Nessa cidade os espaços não podem ser definidos nem como identitários, nem como relacionais, nem como históricos: são os não-lugares de Marc Augé, onde as mesmas mercadorias, os mesmos serviços são oferecidos a uma população cada vez mais homogênea. Se para o movimento moderno o esforço foi o de homogeneizar, para o pós-moderno é diferenciar; se o critério ontem foi à racionalidade, hoje é a identidade; se antes era o universalismo, hoje é o particularismo; se ontem era a função, hoje é o prazer.

É fato que a cidade contemporânea foge às tentativas de compreensão e de interpretação totalizante, seja dos especialistas, seja dos habitantes. Os modelos do passado, apoiados sobre a racionalidade e sobre ordens pré-constituídas, mostram claramente sua crise e, com isto, a inconsistência dos projetos urbanos recentes.

Na cidade contemporânea o espetáculo torna-se o principal organizador da vida, como dimensão da experiência cotidiana, onde a experiência urbana é marcada por uma enorme disponibilidade de recursos culturais que se revela superior à capacidade de assimilação de qualquer membro da sociedade.

A experiência urbana perdeu seu caráter tradicional de processo dotado de um fim e tornou-se descontínua, fragmentária, episódica e incoerente. A pessoa escolhe lugares, estilos, imagens, códigos e os combina de acordo com sua própria experiência pessoal. Transferindo esse conceito para a hospitalidade, verifica-se que ela segue os comportamentos urbanos e fragmenta-os em tantas hospitalidades quantos são os códigos, as imagens e as experiências urbanas. Essa constatação destrói o conceito clássico e subverte o sistema já consolidado. Novas hospitalidades vêm preencher os espaços urbanos e torna mais difícil ainda a apreensão da totalidade da cidade. Há inúmeras ilhas de hospitalidade construindo o mosaico urbano.

O lugar da cidade que se consegue fazer próprio, vivendo-o, exprime uma combinação de poder, um capital cultural com suas competências e gostos, um capital social, consideradas as relações interpessoais, os grupos de pertencimento. Como combinar a leitura do espaço, por meio de intervenções públicas e privadas na estrutura urbana, com o exame de usos, experiências e percepções desses espaços pelos diferentes agentes?

Tentativas de articular essas dimensões tornam-se claras, por exemplo, quando são consideradas as análises de intervenções urbanísticas pontuais, denominadas “revitalizações”, “requalificações”, “reabilitações”, etc., que acontecem, sobretudo, a partir dos anos 90 nas áreas centrais de diversas metrópoles.

Pensar as cidades e suas dimensões territoriais, quer dizer refletir sobre o repertório de significados que alimentam seus usos e contra-usos, analisar as metáforas que estão no imaginário construído sobre elas, enfrentar a memória e a história frequentemente acionadas nas políticas e projetos urbanos (FRÚGOLI, et alli, 2006).

Estamos colocando a hipótese da hospitalidade urbana constituir uma estrutura conceitual e prática diferente da que se apresentou até agora. E caracterizar uma nova experiência.

O termo “experiência” cobre significados novos e evoca explicitamente o envolvimento profundo do sujeito na representação social. Todo nosso trabalho, neste momento, está focalizado na hospitalidade e na cidade contemporânea; portanto, falando de experiência, estamos falando de experiência urbana, de experiência de hospitalidade. Assim, todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo homem têm uma existência física num espaço e num período determinado de tempo e toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão de identidade, de uma identidade “manufaturada” pelo presente que a idealiza (CASTELLS, 1999). As identidades enquanto sensações de pertencimento são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual. As identidades dão segurança e conforto, sendo dotadas de positividade que permite a aceitação e o endosso. As identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhidos dos traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tais como os lugares e os momentos, isto é, os territórios.

Valemos-nos para isso do trabalho de alguns autores, geógrafos e urbanistas, que tentam definir território como espaço geográfico, histórico, cultural, social e econômico, entendendo-o como a mais recente e interessante conceituação a partir da história vivida por uma comunidade que imprime no território a identidade do grupo social ali residente, sendo esse território visto como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço. A identidade é formada por uma memória coletiva, é um sentimento comum que une as pessoas e preserva de forma peculiar os fatos de determinada comunidade. Manter a identidade significa algo vital para que as pessoas se sintam seguras, unidas por um território comum, hábitos e costumes, que lhes indiquem suas origens e sejam referenciais diante das diversidades sociais existentes atualmente. Em vários casos, as reflexões sobre o patrimônio histórico e cultural são decisivas enquanto articulações de ressignificações de reinvenção do passado, fornecendo motivações para intervenções que destinam aqueles locais ao consumo cultural, ao lazer, ao turismo, ao entretenimento, aos negócios.

A cidade é uma combinação de territórios; tem ela uma territorialidade, seja estritamente geográfica e funcional, seja amplamente econômica e cultural. O homem é um animal territorial e a territorialidade afeta o comportamento humano em todas as escalas da

atividade social. O que aqui desejamos ressaltar são as funções atribuídas à territorialidade e que tem uma origem social.

O agrupamento social é a unidade territorial que qualifica todos os momentos do estabelecimento e corresponde à unidade linguística, moral e religiosa, englobando o habitat e as terras ocupadas ou percorridas conforme as estações do ano e em fronteiras claramente definidas. A identidade é formada por uma memória coletiva, é um sentimento comum que une as pessoas e preserva de forma peculiar os fatos de determinada comunidade.

A identidade cultural refere-se às representações individuais e coletivas presentes em um determinado grupo social que compartilha atitudes, crenças e valores, ou seja, patrimônios comuns. São as características de um povo apresentadas pela sua forma peculiar de pensar, agir, falar e, ainda, as representações simbólicas geradas através da convivência estabelecida entre eles. No que se refere à preservação do patrimônio, enquanto característica de um povo, percebe-se que ela está inserido em um processo mais amplo que trata da recuperação da memória, geradora da manutenção da identidade (BARRETO, 2001). Conceitua-se assim como patrimônio todo conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possui; pode ser dividido em patrimônio natural, referente às riquezas do solo ou subsolo, florestas; e patrimônio cultural, incluindo os bens tangíveis e intangíveis (idem, 2001).

Dessa forma, o patrimônio pode ser colocado numa relação com a hospitalidade e com todas as outras categorias de análise consideradas até agora. Em todos esses discursos, considerando a cidade como objeto de reflexão, há um apelo claro a história e à memória dos espaços, dos lugares e de seus usos. A história é, assim, um dado a ser investigado e, ao mesmo tempo, um instrumento dos analistas que tentam, eles mesmos, recompor trajetos e cenários. (FRUGOLI et alli, 2006).

Todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo homem têm uma existência física num espaço e num período determinado de tempo. Algumas dessas manifestações destroem-se e desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e significado; outras sobrevivem a seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais.

O patrimônio, então, não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma relação consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Neste sentido, o patrimônio é “uma construção social”. Ou, se desejar, cultural, porque é uma idealização construída. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo de pessoas um sentimento coletivo de identidade, sendo que o elemento determinante que define o conceito de patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. O passado dá-nos um sentido de identidade, de pertencimento e faz-nos consciente de nossa continuidade como pessoas através do tempo e dá a estrutura do que entendemos por hospitalidade. É claro que as

diretrizes de política pública, além de focalizar os objetos de preservação, deveriam definir os parâmetros para as ações de grupos sociais que estabeleçam espaços a proteger, o patrimônio urbano para garantir um bom padrão de vida e, conseqüentemente, uma hospitalidade atenta aos habitantes da cidade e aos que a visitam.

O patrimônio cultural, além dessas características, tem plena condição de ser utilizado, entre outras formas, sob a de atrativo turístico e unir duas funções distintas, porém complementares. Para os autóctones, ele funcionaria como uma forma de revitalização da memória e da sua identidade, aprofundando seu sentido de pertencimento; para os turistas, como possibilidade de conhecer “in loco” a comunidade visitada, fazer reflexões acerca das experiências vividas e das diferenças encontradas na comparação com suas práticas cotidianas, além de discussões posteriores que poderão colaborar para o desenvolvimento pessoal e coletivo de ambos.

Já mencionamos que as investigações relacionadas com a hospitalidade no âmbito urbano recorrem a conceitos já consolidados, como o fato de que existe fundamentalmente o lugar da hospitalidade que se realiza no acolhimento, no abrigo, no espaço dedicado a viver e atender às necessidades elementares de alojamento, alimentação e calor humano, onde direitos e deveres são claramente explicados, onde se esclarece a finalidade do “refúgio” resgatada da expressão medieval das “cidades - refugio”, as “sauvetterres”.

Também já escrevemos sobre políticas de hospitalidade (GRINOVER, 2007) que, embora não sejam tão evidentes, estão elas estritamente relacionadas com as políticas urbanas, do turismo e do desenvolvimento sustentável da cidade.

Na virada do século, o que se verificou, a respeito de eventuais políticas de hospitalidade, foi a orientação de certos governos urbanos em transformar as cidades em mercadorias, a fim de alcançar um caminho fácil junto a agências multilaterais, para garantir futuros financiamentos para novos projetos. Isso dá-se também para um forte grau de identificação dos habitantes com sua cidade, pois, com isso, atinge-se um dos objetivos explícitos dos gestores de imagens. Nos anos 90 acentuou-se a perspectiva de preservação voltada para o mercado. A participação do setor privado no gerenciamento das políticas de patrimônio transforma-o de “bem simbólico” em “mercadoria cultural”.

Dentro dessas visões, destaca-se o sentido geral de patrimônio que se constrói tendo como princípio estrutural os diferentes tipos de elementos que tornam presente o passado e encarnam um sentido de continuidade. Isso corresponde a um processo que acrescenta valor às experiências do visitante por meio de representações que realcem sua história e as características culturais e ambientais de um lugar.

Essas experiências tem dividido opiniões e recolocado em destaque conceitos que perpassam o debate sobre patrimônio cultural, tais como identidade, cidadania, memória e democracia.

Alem disso, os projetos contemporâneos de “enobrecimento” (*gentrification*), por realçarem os aspectos mercadológicos do patrimônio, alteram o sentido publico e político do espaço urbano ao tomar o cidadão como consumidor, atualizando os anexos entre tradição e consumo, considerando os centros históricos como lugares de uma expressão de memória identitária da nação, da tradição e da cidadania.

Entendemos, como o avanço na compreensão do patrimônio urbano e de suas relações com o turismo urbano, ser fundamental, complementando o instrumental até agora disponível, o nosso objetivo de abrir janelas para novas investigações sobre esse domínio, tentando esclarecer os processos complexos, é verdade, de uma nova correspondência entre a cidade e essas formas diferentes de se dar a hospitalidade no espaço urbano.

Bibliografia

- AUGÉ, Marc.** *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BARRETO, Margaritta.** *Planejamento e organização em turismo*. Campinas: Papirus, 2001.
- CASTELLS, M.** *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COUVRE, Maria de L. M.** *O que é Cidadania?*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DI MEO, G.** *Les territoires du quotidien*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- GASTAL, Susana.** *Alegorias urbanas – o passado como subterfúgio*. Campinas: Papirus, 2006.
- GOTMAN, Anne.** *Le sens de l'hospitalité*. Paris, PUF, 2001.
- GRINOVER, Lucio.** *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.
- GRINOVER, Lucio.** *A hospitalidade na perspectiva da cidade contemporânea*. In II Colóquio Internacional em Hospitalidade: rostos e lugares de hospitalidade. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2009.
- HEITOR FRUGOLI Jr; LUCIANA TEIXEIRA DE ANDRADE; FERNANDA A. PEIXOTO;** (Orgs). *“ A cidade e seus agentes, praticas e representações”*, Belo Horizonte/São Paulo, PUC Minas/EDUSP, 2006.
- LAPEYRONNIE, Didier.** *La ville en miettes*. Paris: Hachette, 1999.
- LE GOFF, J.** *Histoire et memoire*. Paris, Gallimard, 1998.
- LEVY, Jacques.** *Modèle de mobilité, modèle d'urbanité*. Paris: Ed. Belin, 2004.
- LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sebastien,** *“ Os tempos hipermodernos”*, São Paulo, Barcarolla, 2004.
- LYOTARD, Jean-François.** *La condition postmoderne*. Paris: Ed. Minuit, 1979. (A condições pós-moderna. 9 col. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006).
- MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese** (Orgs.). *Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.
- MAUSS, M.** *Essai sur Le Don. Forme et raison de l'échange des sociétés archaïques*. In: Sociologie et anthropologie. Paris: PUF, 1933.
- MONTANDON, Alain.** (Org.). *Lieux d'hospitalité, hospices, hôpital, hotellerie*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires. Blaise Pascal, 2001.
- PATO e SILVA, I.** *Da experiência urbana à construção identitária dos lugares*. Lisboa, Finisterra, 2006.
- PESAVENTO, S. J.** *História, memória e centralidade urbana*. In: Hiscultbr, n. 7, Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, 2007.
- PINE, B. J. GILMORE, J. H.** *The experience economy*. Boston, Havard Business School Press, 1999.
- PINSKY, J.;PINSKY, C. B.** *“ História da Cidadania”*. – São Paulo: Contexto, 2003.

IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
30 de agosto e 01 setembro de 2012 – Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo

REIS FILHO, Nestor G. *Patrimônio urbano*. Jornal: O. Estado de São Paulo, 09/01/2009.

REIS, E. *“Cidadania: história, teoria e utopia”*. – Rio de Janeiro. Seminário Internacional Justiça e Cidadania, 1997.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

SECCHI, B. *A cidade do século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SEYDOUX, J. *De l’hospitalité à l’accueil*. Denge: Deltaspes, 1983.

SILVA, Elsa Peralta da. *Patrimônio e identidade*. O desafio do turismo cultural. 2005. Disponível em: <CEAA.UFP.PT/turismo3.htm>. Acesso em 16 abr.2008.

STELLA, M. Hurta, ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
Desenvolvimento do trabalho (fonte 12, espaço 1,5, normal)